



# Município de Capanema - PR

---

## GASTOS TRIBUTÁRIOS

Os sistemas tributários, via de regra, não possuem outro objetivo senão o de gerar recursos para a administração. No entanto, são permeados por situações que promovem isenções, anistias, presunções creditícias, reduções de alíquotas, deduções, abatimentos e diferimentos de obrigações de natureza tributária. Tais desonerações, em sentido amplo, podem servir para diversos fins. Algumas delas se constituem em alternativas às ações políticas de Governo e têm por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico ou social, não realizadas no orçamento, mas, sim, por intermédio do sistema tributário. Caso essas desonerações configurem desvios ao Sistema Tributário de Referência, estaremos diante dos denominados Gastos Tributários.

Assim, gastos tributários são gastos indiretos do governo realizados por intermédio do sistema tributário, visando a atender objetivos econômicos e sociais e constituem-se em uma exceção ao sistema tributário de referência, reduzindo a arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.

A fim de trazer visibilidade para as políticas públicas municipais, a administração apresenta o Demonstrativo dos Gastos Tributários (DGT), que demonstra as ações que compõe a renúncia decorrente das medidas de desoneração vigentes que se enquadram no conceito de Gasto Tributário.

## DEMONSTRATIVO DE GASTOS TRIBUTÁRIOS – DGT

Descrição da desoneração	Legislação	Tributo (s)	Vigência	Beneficiário (s)	Impacto social
Desoneração do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU) para os imóveis pertencentes ao loteamento nos dois primeiros anos.	Lei nº 850, de 14 de dezembro de 2000	IPTU	A partir de 14/12/2000	Municípios e loteadores	Incentivo à expansão da área urbana do município e ao acesso à moradia, com o objetivo de contribuir para o atendimento à diretriz municipal do Planejamento Plurianual (Lei Municipal nº 1.783, de 26 de agosto de 2021, art. 1º, III).
Isenção referente aos imóveis de propriedade de aposentados ou não, com mais de 60 anos de idade e pensionista da previdência.	Lei nº 850, de 14 de dezembro de 2000	IPTU	A partir de 14/12/2000	Idosos e pensionistas	Promoção do aumento de disponibilidade financeira e do desenvolvimento sócio-econômico, visando contribuir para o atendimento à diretriz municipal do Planejamento Plurianual (Lei Municipal nº 1.783, de 26 de agosto de 2021, art. 1º, VII).
Isenção para os imóveis de propriedade de instituições religiosas que estão efetivamente destinados a alguma atividade de cunho social e educacional	Lei nº 850, de 14 de dezembro de 2000	IPTU	A partir de 14/12/2000	População em caráter geral	Subsídio às atividades sociais e educacionais para o atendimento à diretriz municipal do Planejamento Plurianual (Lei Municipal nº 1.783, de 26 de agosto de 2021, art. 1º, V).
Isenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS) para a Execução de Obras, quando da execução de moradia popular, com área de até 70m2	Lei nº 850, de 14 de dezembro de 2000	ISS	A partir de 14/12/2000	População em caráter geral	Subsídio ao acesso à moradia, contribuindo para o atendimento à diretriz municipal do Planejamento Plurianual (Lei Municipal nº 1.623, de 26 de agosto de 2021, art. 1º, III).
Isenção em relação a ocupação de área ou logradouro público para feiras de livros, exposições, palestras, conferências, e semelhantes	Lei nº 850, de 14 de dezembro de 2000	Taxa Poder de Polícia	A partir de 14/12/2000	População em caráter geral e instituições com fins sociais	Incentivo às atividades sociais e educacionais para o atendimento à diretriz municipal do Planejamento Plurianual (Lei Municipal nº 1.783, de 26 de agosto de 2021, art. 1º, V).
REFISCAP – 2020 Programa de Recuperação fiscal mediante parcelamento com redução sobre juros e multas moratórias	Lei nº 1.740, de 2 de julho 2020	Impostos municipais e Taxas	02/07/2020 a 03/10/2020	Contribuintes em débito em caráter geral	Organização da dívida ativa do município; transparência contábil e fiscal para o município.
REFISCAP – 2021 Programa de Recuperação fiscal mediante parcelamento com redução sobre juros e multas moratórias	Lei nº 1.763, de 16 de março de 2021	Impostos municipais e Taxas	16/03/2021 a 17/06/2021	Contribuintes em débito em caráter geral	Organização da dívida ativa do município; transparência contábil e fiscal para o município.
REFISCAP – 2022 Programa de Recuperação fiscal mediante parcelamento com redução sobre juros e multas moratórias	Lei nº 1.824, de 08 de setembro de 2022	Impostos municipais e Taxas	08/09/2022 a 23/12/2022	Contribuintes em débito em caráter geral	Organização da dívida ativa do município; transparência contábil e fiscal para o município.